

Renúncia de Mendonça de Barros não afeta confiança do mercado

Economistas acreditam que votações do pacote fiscal não sofrerão impacto

País conseguiu resgatar parte da credibilidade perdida no exterior

São Paulo - Embora não neguem o impacto político negativo das denúncias de favorecimento na venda da Telebrás que levaram à saída do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e do presidente do BNDES, André Lara Resende, economistas não acreditam que a renúncia possa abalar a confiança da comunidade financeira no plano de estabilização fiscal. "O Governo foi capaz de isolar o fato ao ministro das Comunicações e ao presidente do BNDES," disse Dany Rapapport, economista chefe do banco Santander.

Para o economista, o apoio político ao presidente Fernando Henrique Cardoso no momento é tão elevado que o impacto da renúncia deve se restringir à imprensa. "As votações no Congresso, que é o que mais importa aos investidores, não devem ser afetadas", afirmou.

O economista chefe do Lloyds Bank, Odair Abate, também concorda com a mesma tese. Segundo Abate, apesar do desconforto que as denúncias e a renúncia geram, o impacto delas deve ser muito pequeno. "As votações do programa de ajuste estão ocorrendo", disse. Para o economista, apesar da instabilidade política em Brasília "o País está gradativamente conseguindo resgatar parte da credibilidade perdida no exterior e aqui dentro desde (o início) da crise russa".

Risco

Para os economistas, a melhora da percepção do mercado financeiro sobre a economia do Brasil também se deve a outros dois fatores: o pacote do Fundo Monetário Internacional (FMI) e os seguidos encontros do ministro da Fazenda, Pedro Malan, com os credores internacionais. "Sem dúvida a percepção do risco Brasil caiu consideravelmente após o anúncio do pacote de ajuda do FMI e da presença do ministro como grande negociador do time econômico", disse Rapapport.

O economista afirmou que o Brasil além de ganhar fôlego com os US\$ 41,5 bilhões anunciados pelo FMI, somados ao atual nível das reservas cambiais ainda existentes (cerca de US\$ 41 bilhões), mantém a capacidade de pagar todos seus compromissos por mais de um ano, "ainda que não haja financiamento privado externo".

Segundo o economista-chefe do Santander, a visita de Malan aos países credores foi "convvincente" e teve um papel relevante na melhora de humor dos agentes financeiros. "A visita tornou

mais perceptível aos incrédulos estrangeiros a implementação do programa de ajuste fiscal", disse.

Crédito

"O capital externo menos especulativo, como as linhas de financiamento ao comércio exterior, devem ser as primeiras a ser restabelecidas". Para Abate, o acesso aos recursos externos é de fundamental importância. Entretanto, para o economista do Lloyds Bank, mais importante do que isso é um avanço "consistente e duradouro" no campo fiscal.

Tal avanço possibilitaria um aumento nas chances da manutenção da estabilidade e do crescimento econômico ao longo do tempo. "Por conta da conjunção de fatores positivos, a melhoria na perspectiva do mercado em relação ao país é sensível, ainda que gradual".

Apesar de concordar em muitos pontos, os economistas divergem quanto a possibilidade de crescimento econômico para 1999. Abate afirma que, apesar do apoio financeiro ter vindo em ótimo momento, o crescimento do PIB, principalmente na primeira metade do ano, "difícilmente será factível". Embora declinantes, Abate explica que no próximo ano, principalmente nos primeiros seis meses, a economia estará refletindo mais intensamente os efeitos dos juros elevados e do ajuste fiscal.

"A queda esperada do PIB é da ordem de 1% e só terá valido a pena se for resgatar a credibilidade do país, permitindo um crescimento mais consistente a partir do ano 2000". Rapapport é um pouco mais otimista. Uma vez que um dos resultados esperados com o plano de austeridade fiscal ser justamente a flexibilização da política monetária, ele acha difícil ser catastrofista em termos de crescimento com os juros caindo no ano que vem. "Acredito numa economia estabilizada ou caindo levemente em 1999".

Câmbio

Os dois economistas concordam com a tese de que o real está sobrevalorizado e que a moeda deve perder valor, mas apresentam teses distintas sobre quando e como se daria uma desvalorização. Entretanto, os dois discordam da afirmação de outros economistas famosos, caso do professor americano da Universidade de Harvard, Jeffrey Sachs, para quem o real está supervalorizado em mais de 20%.

Segundo Abate, a sobrevalorização do real está em um nível muito inferior ao sugerido pelo professor americano. "Não chega a 10%", afirma. Ele diz ser acertada a política adotada pelo Governo de reduções mensais de 7% a 8%. "Acreditamos que essa política é suficiente para recuperar com alguma rapidez a quase totalidade do diferencial ainda existente".

O economista do Lloyds descarta totalmente uma maxi-desvalorização. "É arriscada e pode não surtir os efeitos desejados", disse. "Além disso, não seria possível garantir que os demais países emergentes da região, e também de outras partes do mundo, acabassem adotando desvalorizações compensatórias, afetando novamente a capacidade competitiva do real".